

ÍNDICE TEMÁTICO

VOLUME

INTRODUÇÃO

História científica e história ideológica; a Restauração e a sua interpretação ideológica — pp. 1-4.

A INTERPRETAÇÃO DA RESTAURAÇÃO E AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS: O interesse da Europa pela Restauração e a sua interpretação «partidária» (as obras de A. Seyner, G. Battista Birago e do abade Vertot); a importância e o significado da *História de Portugal Restaurado*, do Conde de Ericeira — pp. 4-6. O pombalismo e a deformação da história da Restauração — pp. 6-9. O pré-liberalismo, o liberalismo, o republicanismo e a interpretação ideológica da Restauração (Rocha Loureiro, José Liberato Freire de Carvalho, José de Arriaga, Oliveira Martins, Teófilo Braga e a *História do Regimen Republicano*); a historiografia de Rebelo da Silva e de Pinheiro Chagas; a visão romanesca de Camilo Castelo Branco; a «Comissão 1.º de Dezembro de 1640» e as comemorações da Restauração — pp. 9-22. O tradicionalismo contra-revolucionário e a admiração pelo movimento restauracionista (o Marquês de Penalva e Faustino José da Madre de Deus); o Integralismo Lusitano e a «purificação» da história do século xvii e da Restauração (as concepções de António Sardinha); o significado político da Restauração durante o «Estado Novo» (as Comemorações Centenárias) — pp. 22-36.

A HISTORIOGRAFIA DA RESTAURAÇÃO: A história ideológica e a história científica; o significado das obras do Conde de Ericeira e de Rebelo da Silva — pp. 36-37. A «purificação científica» da história da Restauração e o seu aproveitamento

ideológico; a historiografia científica da Restauração nos seus diversos aspectos — pp. 37-45.

A HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS DA RESTAURAÇÃO: A ausência de obras de interpretação global sobre a história das ideias da Restauração; os temas mais estudados — pp. 45-46. Os estudos de Paulo Merêa e de outros historiadores — pp. 46-51.

PARTE I — A RESTAURAÇÃO E A SUA LITERATURA
POLÍTICA

53

CAPÍTULO I — A RESTAURAÇÃO E O SEU CONTEXTO
NACIONAL E INTERNACIONAL

A Restauração: seu significado, limites cronológicos e problemas — pp. 55-57.

A REALIDADE EUROPEIA OCIDENTAL NOS SÉCULOS XVI E XVII: O expansionismo europeu e o papel da Península Ibérica; a crise do império dos Habsburgos e Portugal — pp. 57-58. A crise económica dos fins do século XVI e do século XVII e a instabilidade social; as relações entre a sociedade e a política — pp. 58-61. As relações entre os factores religiosos e culturais e os factores políticos — pp. 61-69.

A RESTAURAÇÃO — SUA DINÂMICA SÓCIO-POLÍTICA: A crise portuguesa do século XVI e a perda da independência — pp. 69-73. A situação portuguesa durante o domínio filipino; os antecedentes e o condicionalismo da Restauração — pp. 73-78. Elementos de caracterização sócio-política do movimento restauracionista; o seu sentido essencialmente «conservador» — pp. 78-89. A tendência «progressista» da Restauração: as suas condicionantes, as suas concretizações e a sua inconsequência — pp. 89-99.

SOCIEDADE, IDEOLOGIA E CULTURA NO PERÍODO RESTAURACIONISTA: Elementos (provisórios) de caracterização estrutural da sociedade portuguesa por altura da Restauração — pp. 99-110. Elementos de caracterização estrutural da ideologia e da cultura por altura da Restauração — pp. 110-119.

CAPÍTULO II — A LITERATURA POLÍTICA DA RESTAURAÇÃO E O SEU SIGNIFICADO CULTURAL E IDEOLÓGICO

121

A multiplicidade das obras da Restauração; o seu sentido essencialmente «prático» — pp. 121-125.

OS ESCRITORES POLÍTICOS DA RESTAURAÇÃO E O SEU MEIO SÓCIO-CULTURAL: Os políticos da Restauração: variedade da sua caracterização segundo pontos de vista político, social e cultural — pp. 125-128. Os pontos de contacto e os pontos de divergência no pensamento dos autores da Restauração; a existência duma certa unidade ideológica, mas não de uma unidade absoluta — pp. 129-134.

A LITERATURA POLÍTICA DA RESTAURAÇÃO E A SUA PROBLEMÁTICA: A batalha política da Restauração e a sua literatura (os seus grandes objectivos) — pp. 134-135. As obras teórico-práticas defensoras da legitimidade da causa restauracionista e o combate aos políticos espanhóis — pp. 135-143. A variedade formal da literatura justificativa e dinamizadora do movimento restauracionista: a literatura providencialista, os «regimentos de príncipes», as poesias, os sermões, as «relações» de acontecimentos, o «jornalismo» e a história legendária — pp. 144-150. Os escritos relativos aos problemas de carácter internacional; o caso particular da literatura relativa ao problema da legitimação da independência de Portugal e da provisão dos bispados pelo papa — pp. 151-154. A crise da sucessão da década de 60 e a literatura política — pp. 155-156. A literatura política mais afastada dos problemas concretos da Restauração: as obras de «arte política» — pp. 156-165.

O PENSAMENTO POLÍTICO DA RESTAURAÇÃO NO CONTEXTO CULTURAL E IDEOLÓGICO-POLÍTICO EUROPEU: Importância dos factores religiosos, económico-políticos e culturais na literatura política dos séculos XVI e XVII — pp. 165-168. Erasmo, Maquiavel e Lutero, como figuras significativas no mundo cultural do século XVI; sua repercussão no século XVII — pp. 168-172. O movimento de ideias políticas em França nos séculos XVI e XVII — pp. 172-182. As ideias políticas nos países de orientação protestante — pp. 182-186. As ideias políticas na Itália — pp. 186-189. As concepções políticas na Espanha — pp. 189-195. O pensamento político português face à realidade europeia: o escasso impacto do protestantismo em Portugal, a consciência do «perigo erasmiano» e a importância fundamental da cultura escolástica; a teoria do poder político, a tradição juspolítica portuguesa e a sua confluência com a teoria oficial espanhola; a importância em Portugal da segunda escolástica; a «política católica»; o interesse de alguns portugueses pela política italiana

e pela política francesa (os «políticos» e os «afrancesados»); o antimaquiavelismo português e a oposição generalizada às concepções políticas francesas; a escassa penetração das concepções políticas dos países protestantes em Portugal — pp. 196-217.

O significado geral do pensamento político da Restauração — pp. 217-219.

PARTE II — A IDEOLOGIA POLÍTICA E OS GRANDES PROBLEMAS DA RESTAURAÇÃO 221

CAPÍTULO I — A LEGITIMAÇÃO DO MOVIMENTO RESTAURADOR 223

A batalha legitimista da Restauração: suas características gerais — pp. 223-224.

ANTECEDENTES NACIONAIS DA ARGUMENTAÇÃO LEGITIMISTA: Três documentos fundamentais para a argumentação legitimista — p. 225: as *Alegações de direito* a favor de D. Catarina — pp. 225-226; a *Lei Régia de Portugal*, de João Salgado de Araújo — pp. 226-231; as «actas das Cortes de Lamego» — pp. 231-233.

A ARGUMENTAÇÃO LEGITIMISTA DA RESTAURAÇÃO: O Assento das Cortes de 1641 — pp. 233-238. O *Manifesto do Reino de Portugal*, de Pais Viegas, e a *Filípica Portuguesa*, de Francisco de Santo Agostinho de Macedo — pp. 238-240. A argumentação político-religiosa: Vieira e a *Restauração de Portugal prodigiosa*, do Padre João de Vasconcelos — pp. 241-243. As grandes obras de argumentação legitimista: a *Justa aclamação*, de Francisco Velasco de Gouveia, e a *Lusitania liberata*, de António de Sousa Macedo — pp. 244-247. O significado da argumentação de Manuel Rodrigues Leitão — pp. 247-250. A argumentação legitimista durante a crise sucessória dos anos 60 — pp. 250-252.

CAPÍTULO II — OS PROBLEMAS DA LEGITIMAÇÃO PAPAL E DA PROVISÃO DOS BISPADOS 253

A importância da legitimação da independência portuguesa pela Santa Sé; os problemas levantados a tal legitimação — pp. 253-256.

SITUAÇÃO POLÍTICO-ECLESIASTICA PORTUGUESA: As desavenças entre o Estado e a Igreja durante o domínio filipino; a tentativa de D. João IV no sentido de estabelecer boas relações com a Igreja — pp. 256-258. A permanência das tensões entre a Santa Sé e o Estado português: as pressões espanholas; as tentativas de Portugal para resolver os seus problemas político-eclésiásticos (o caso particular da questão dos bispados) — pp. 258-268.

ARGUMENTAÇÃO A FAVOR DA LEGITIMAÇÃO PAPAL E DA PROVISÃO DOS BISPADOS: A argumentação espanhola contra a legitimação papal da Restauração — pp. 269-270. A argumentação oficial portuguesa (os *Balidos das igrejas de Portugal*); o ultramontanismo e o regalismo — pp. 270-279. O «regalismo» de Manuel Rodrigues Leitão — pp. 279-283.

CAPÍTULO III — A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A IDEOLOGIA SEBASTIANISTA E IMPERIALISTA 285

A importância dos problemas internacionais, do imperialismo e da guerra no período da Restauração — pp. 285-286.

A PROBLEMÁTICA MILITAR E INTERNACIONAL: A situação de guerra europeia na Espanha e a sua repercussão ultramarina; suas consequências em Portugal — pp. 286-289. A luta militar e diplomática durante a Restauração — pp. 290-295.

SEBASTIANISMO, NACIONALISMO E IMPERIALISMO: A contestação da justificação teórica do império hispânico e o imperialismo holandês (Grotius); a contra-argumentação de Serafim de Freitas — pp. 296-303. O sebastianismo e o imperialismo: as posições utópicas e as posições realistas do Padre António Vieira — pp. 303-328. As posições sobre a guerra e sobre o imperialismo de outros políticos da Restauração — pp. 328-341.

CAPÍTULO IV — A IDEOLOGIA ECONÓMICO-SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A PROBLEMÁTICA POLÍTICO-RELIGIOSA 343

A importância do factor religioso ao nível ideológico; a falta de independência da ideologia económica; a carência de economistas durante a Restauração — pp. 343-346.

A REALIDADE ECONÓMICO-SOCIAL PORTUGUESA: A crise económica hispânica e o agravamento fiscal: sua repercussão

em Portugal — pp. 346-349. As insuficiências estruturais da economia espanhola e portuguesa, e os problemas sociais — pp. 349-353. A tentativa (em grande parte frustrada) da resolução dos problemas económico-financeiros após a Restauração — pp. 354-361. A tentativa de reorganizar o comércio português: a criação da Companhia do Brasil e a sua contestação; o problema dos cristãos-novos — pp. 362-370. A subordinação de Portugal às grandes potências económicas europeias — pp. 370-373. A incapacidade para resolver os problemas estruturais da economia portuguesa; as condições sociais como condicionantes fundamentais — p. 374.

ECONOMIA E SOCIEDADE NAS CONCEPÇÕES DA RESTAURAÇÃO: Os problemas sociais portugueses e as obras políticas da Restauração — pp. 375-383. As teses mercantilistas reflectidas em algumas concepções das obras políticas da Restauração — pp. 383-386. Severim de Faria e Vieira, dois «economistas» da Restauração — pp. 387-388. As concepções económicas de Severim de Faria — pp. 388-394. As concepções económicas e sociais de Vieira; Duarte Gomes Solis, Vieira, as companhias comerciais e os judeus e cristãos-novos; a discussão dos processos inquisitoriais; «progressismo» e «conservadorismo» nas concepções económico-sociais — pp. 394-412. As concepções sócio-económicas, sócio-religiosas e sócio-políticas dos cristãos-novos: Manuel Fernandes Vila Real e António Henriques Gomes — pp. 412-424. As posições de Vieira — pp. 424-432. Portugal e a realidade ideológica europeia — p. 432.

VOLUME II

PARTE III A TEORIA DO ESTADO NA RESTAURAÇÃO

CAPÍTULO I A TEORIA GERAL DO PODER POLÍTICO 3

O sentido fundamentalmente «prático» do pensamento político da Restauração; os aspectos «científicos» e «artísticos» da teoria do Estado; o problema do sentido do absolutismo — pp. 3-5.

AS CONCEPÇÕES MEDIEVAIS E MODERNAS DO PODER POLÍTICO: As concepções augustiniana e tomista do poder político — pp. 5-8. As concepções romanistas e estatistas do poder

na Idade Média — pp. 8-11. As concepções do Renascimento italiano e a teoria do Estado moderno; as concepções do Estado do humanismo cristão e do protestantismo — pp. 11-12. As concepções do poder político da segunda escolástica e a sua reacção às teorias divinistas do poder real de Jaime I — pp. 12-19. A oposição peninsular a Maquiavel, aos protestantes e aos «políticos»; o significado de Bodin, Grotius e Althusius no pensamento político peninsular — pp. 19-20.

AS CONCEPÇÕES DO PODER POLÍTICO ANTES DA RESTAURAÇÃO: A importância em Portugal das concepções jurídico-políticas de tipo tomista — pp. 20-21. A presença das concepções do poder «popular» na tradição portuguesa; o condicionalismo favorável à sua permanência; as concepções da origem «popular» do poder político e as concepções do poder temporal indirecto do sumo pontífice nos autores anteriores à Restauração — pp. 21-24.

AS CONCEPÇÕES DO PODER POLÍTICO NA RESTAURAÇÃO: A incidência «nacionalista» da teoria do poder na Restauração: as concepções de Velasco de Gouveia — pp. 24-32. Os cristãos-novos e a teoria do poder: Vila Real e Henriques Gomes — pp. 32-34.

Reflexão sobre o sentido da teoria do poder político na Restauração; o absolutismo e a teoria do poder político — pp. 34-43.

CAPÍTULO II — O PODER POLÍTICO E O PODER ESPIRITUAL 45

A importância do problema da correlação entre o poder do Estado e o poder da Igreja — pp. 45-46.

AS POLÉMICAS POLÍTICO-ECLESIÁSTICAS: Caracterização geral dos problemas político-eclésiásticos — pp. 47-48. As questões político-eclésiásticas em França; o ultramontanismo e o galicanismo — pp. 49-54. Os problemas político-eclésiásticos em Espanha: as concepções de Gabriel Pereira de Castro — pp. 54-61. Os problemas político-eclésiásticos em Portugal nas vésperas da Restauração — pp. 61-63.

AS CONCEPÇÕES POLÍTICO-ECLESIÁSTICAS NA RESTAURAÇÃO: O sentido essencial das concepções político-eclésiásticas portuguesas do período restauracionista: António Carvalho de Parada, a *Arte de furta*, Sebastião César de Meneses, Vieira, Vila Real e Henriques Gomes — pp. 64-72. O sentido das posições de Velasco de

Gouveia — pp. 73-74. As concepções dos *Balidos das igrejas de Portugal* — pp. 74-77. As concepções de Rodrigues Leitão — pp. 77-84. O alcance e os limites do poder do Estado e do poder da Igreja nas concepções políticas restauracionistas — pp. 84-92.

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

93

Complexidade do estudo da organização do Estado — pp. 93-94.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS POR ALTURA DA RESTAURAÇÃO: As leis fundamentais, as Ordenações e o poder régio — pp. 94-97. Os aparelhos do Estado e os interesses dos sectores sociais — pp. 97-103. O sentido da organização do Estado português durante a Restauração — p. 104.

AS IDEIAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NO PENSAMENTO POLÍTICO DA RESTAURAÇÃO: A falta de reflexões muito concretizadoras sobre a organização do Estado; o rei como figura central das considerações políticas; a ideia de «constituição» — pp. 105-109. As reflexões sobre a organização do Estado de João Pinto Ribeiro; as cortes e o municipalismo; as concepções do Estado orgânico; a «organização» social; o rei como único soberano; as opiniões sobre o válido; os cargos políticos e os interesses sociais — pp. 109-132. O sentido das concepções sobre a organização do Estado no período restauracionista — pp. 133-134.

RULO IV — A «POLÍTICA CRISTÃ» E A CONCEPÇÃO DE RAZÃO DE ESTADO

135

Condicionalismos de consolidação do poder do Estado; a importância da «arte política» no século xvii; o cristianismo e a «política»; as concepções de «política cristã» e de «razão de estado católica» — pp. 135-139.

AS CONCEPÇÕES DE «POLÍTICA CRISTÃ»: O significado das concepções de Botero — pp. 139-146. O sentido das concepções de Justus Lipsius — p. 147. As concepções espanholas de «política cristã»: as concepções de Rivadeneyra — pp. 147-151; as concepções de Quevedo — p. 152; as concepções de Saavedra Fajardo — pp. 153-156. As concepções de «política cristã» antes

da Restauração: o caso de Barbosa Homem — pp. 156-161. O significado das concepções de «política cristã» hispano-romanas — p. 161.

AS CONCEPÇÕES FRANCESAS DE «POLÍTICA CRISTÃ»: Maquiavel e Tácito em França; a «política cristã» romanista e a «política cristã» galicanista — pp. 161-164. Richelieu e a concepção de «política cristã» oficial francesa — pp. 164-168.

AS CONCEPÇÕES DE «POLÍTICA CRISTÃ» NA RESTAURAÇÃO: As concepções de «arte política» católico-romana em Portugal, o repúdio de Maquiavel, dos protestantes, dos monarcómacos e dos «políticos», e as prevenções contra Tácito; o testemunho de D. Francisco Manuel de Melo; a utilização dos termos «política» e «absolutismo» em sentido pejorativo; os casos especiais de Vila Real e de Henriques Gomes — pp. 168-177. As concepções de «política cristã» de cunho romanista em Portugal nas suas várias tonalidades: Carvalho de Parada — pp. 177-187; António de Sousa Macedo — pp. 187-199. Sebastião César de Meneses — pp. 199-212. As concepções de tipo francês dos cristãos-novos: Vila Real — pp. 212-223; e Henriques Gomes — pp. 223-231. Reflexão final sobre o sentido da «arte política» em Portugal na Restauração — pp. 231-232.

CONCLUSÃO 233

Importância da realização de estudos monográficos sobre vários temas da Restauração — pp. 233-234.

SIGNIFICADO DA IDEOLOGIA POLÍTICA DA RESTAURAÇÃO: O século xvii, século de transição e de contradições — pp. 234-237. A situação de Portugal no século xvii — pp. 237-242; A tendência absolutista do Estado português: elementos para uma discussão do problema — pp. 242-253.

A IDEOLOGIA POLÍTICA DA RESTAURAÇÃO NO CONTEXTO DA EVOLUÇÃO POLÍTICA PORTUGUESA: A Restauração e o pombalismo — pp. 253-256. A Restauração e a ideologia contra-revolucionária e tradicionalista — pp. 256-258. A Restauração: a sua interpretação histórica e a sua interpretação ideológica — p. 258.

APÊNDICE — NOTAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE ALGUNS AUTORES DA RESTAURAÇÃO 259

João Salgado de Araújo — pp. 259-261. António Carvalho de Parada — pp. 261-263. Manuel Severim de Faria — pp. 263-264.

Sebastião César de Meneses — pp. 264-268. João de Vasconcelos — pp. 268-269. António Vieira — pp. 269-277. Manuel Rodrigues Leitão — pp. 278-281. Francisco de Santo Agostinho de Macedo — pp. 281-288. Francisco do Santíssimo Sacramento — pp. 288-289. António Pais Viegas — pp. 289-290. Luís Marinho de Azevedo — pp. 290-291. Agostinho Manuel de Vasconcelos — pp. 291-292. Francisco Manuel de Melo — pp. 293-297. João Pinto Ribeiro — pp. 298-300. António de Sousa Macedo — pp. 300-303. António de Freitas Africano — p. 304. Francisco Velasco de Gouveia — pp. 304-307. Manuel Fernandes Vila Real — pp. 307-318. António Henriques Gomes — pp. 319-324.

